

IASPM - INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL PELA MÚSICA

CNPJ: 10.490.525/0001-06

RELATÓRIO CONTÁBIL

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em reais, excluídos os centavos)

ATIVO		Nota	2017	2016	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Nota	2017	2016
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	04	4.730.054	4.452.530		Fornecedores		141.254	97.219	
Contas a receber		418	3.848		Salários e férias a pagar		669.815	519.453	
Impostos a recuperar		-	2.450		Obrig. trib. e sociais a pagar		189.224	158.290	
Adiantamentos		139.460	89.495		Projetos e convênios	06	1.914.761	3.705.639	
Despesas antecipadas		9.715	12.357		Outras contas a pagar		222	-	
Total do circulante		4.879.647	4.560.680		Total do circulante		2.915.276	4.480.601	
Não circulante					Não circulante				
Imobilizado	05	1.899.131	960.578		Empréstimos	07	23.500	23.500	
Total do não circulante		1.899.131	960.578		Receitas diferidas		-	-	
TOTAL DO ATIVO		6.778.778	5.521.258		- bens e recursos recebidos	08	2.602.997	-	
					Total do não circulante		2.626.497	23.500	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais, excluídos os centavos)

Nota	2017	2016	
Receitas operacionais			
Receitas de contratos, projetos e patrocínios	10.a	11.530.920	9.348.172
Receitas de doações	10.b	332.733	271.380
Receitas próprias	10.c	232.131	259.308
Outras receitas		252.027	15.183
Receita operacional bruta		12.347.811	9.894.043
Deduções das receitas		(30.707)	(33.716)
Prov. para créd. de liquidação duvidosa		(1.500)	-
Receita operacional líquida		12.315.604	9.860.327
Custos com atendim. gratuitos			
Bolsistas		(2.222.715)	(2.207.983)
Pessoal e encargos Gerais		(5.321.988)	(4.344.103)
		(3.951.641)	(2.561.070)
Superáv. bruto		819.260	747.171
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal Gerais e administrativas		(242.448)	(212.109)
Financeiras, líquidas		(211.966)	(370.561)
Depreciação	05	(119.617)	(34.704)
		(599.412)	(647.542)
Superáv. do exercício		219.848	99.629

Nota	2017	2016
DEMONST. DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais, excluídos os centavos)		
Superáv. social do exerc.		
Fundo social do exerc.		
Saldos em 31/12/2015	277.728	(43.134)
Transf. do déficit de exercícios anteriores para o fundo social	(43.134)	43.134
Superáv. do exercício	99.629	99.629
Doações recebidas	682.934	682.934
Transferência do superáv. do exercício para o fundo social	99.629	(99.629)
Saldos em 31/12/2016	1.017.157	-1.017.157
Superáv. do exercício	219.848	219.848
Transferência do superáv. do exercício para o fundo social	219.848	(219.848)
Saldos em 31/12/2017	1.237.005	-1.237.005

DEMONST. DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais, excluídos os centavos)

Superáv. social do exerc.	Total
Saldos em 31/12/2015	277.728
Transf. do déficit de exercícios anteriores para o fundo social	(43.134)
Superáv. do exercício	99.629
Doações recebidas	682.934
Transferência do superáv. do exercício para o fundo social	99.629
Saldos em 31/12/2016	1.017.157
Superáv. do exercício	219.848
Transferência do superáv. do exercício para o fundo social	219.848
Saldos em 31/12/2017	1.237.005

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais, excluídos os centavos)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: O Instituto de Ação Social pela Música revestido pela forma de pessoa jurídica de direito privado, é uma associação civil sem fins lucrativos, de caráter assistencial, educacional, cultural e filantrópico, regido pelo seu estatuto social, regimento interno e pela legislação brasileira. O Instituto tem como finalidade promover, realizar e divulgar atividades de caráter social, assistencial, educacional e cultural por meio da música visando a integração e o desenvolvimento social. **2. BASE DE PREPARAÇÃO:** **2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976), Normas Brasileiras de Contabilidade, bem como com os Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Essas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000 e ITG 2002), aprovadas pela Resolução CFC nº 1.255/2009, e ITG 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, modificado para refletir o valor justo dos instrumentos financeiros. **2.3 Moeda funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual o Instituto atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, excluídos os centavos, que é a moeda funcional do Instituto, e também, sua moeda de apresentação. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil exige que a Administração utilize de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativo, passivo, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. **3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** As principais práticas contábeis adotadas para elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir: **3.1 Instrumentos financeiros:** a) **Ativos financeiros não derivativos:** O Instituto reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O Instituto não possui instrumentos financeiros derivativos e classifica os ativos financeiros não derivativos na seguinte categoria: empréstimos e recebíveis. a.1) **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo

ANÁLISE ATRAVÉS DE ÍNDICES DE LIQUIDEZ
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Sigla	Índice Descrição	Fórmula	Valor - R\$		Melhor Situação	Observações	Cálculo Índice %	
			2017	2016			2017	2016
LI	Liquidez Imediata	AD / PC - A	4.730.054 2.915.276 - 119.773	4.452.530 4.480.601 - 73.695	Quanto Maior Melhor	Demonstra a disponibilidade imediata para saldar a totalidade das dívidas a curto prazo.	1,69	1,01
LG	Liquidez Geral	AC / PC + PNC	4.730.054 2.915.276 + 2.626.497	4.560.680 4.480.601 + 23.500	Quanto Maior Melhor	Demonstra a disponibilidade a curto prazo para saldar a totalidade das dívidas.	0,85	1,01
LS	Liquidez Seca	AC - E - DA / PC	4.879.647 - 9.715	4.560.680 - 12.357	Quanto Maior Melhor	Demonstra o total dos recursos conversíveis em caixa a curto prazo, exceto os estoques em relação a dívida total	1,67	1,02
LC	Liquidez Corrente	AC / PC	4.879.647 2.915.276	4.560.680 4.480.601	Quanto Maior Melhor	Demonstra a disponibilidade a curto prazo em relação às dívidas de curto prazo	1,67	1,02
PPL	Particip.º do Patrimônio Líquido no Ativo Total	PL / AT	1.237.005 6.778.778	1.017.157 5.521.258	Quanto Maior Melhor	Demonstra quanto dos ativos da Entidade estão financiados por capital próprio	0,18	0,18

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais, excluídos os centavos)

	2017	2016
Fluxos caixa das atividades operacionais		
Superáv. do exercício	219.848	99.629
Ajustado por:		
Depreciação	119.617	34.704
	339.465	134.333
Variações nos ativos - (Aumento) Redução		
Contas a receber	3.430	26.095
Impostos a recuperar	2.450	-
Adiantamentos	(49.965)	(31.894)
Outras contas a receber	-	(4.482)
Despesas antecipadas	2.642	-
	(41.443)	(10.281)
Variações nos passivos - Aumento (Redução)		
Fornecedores	44.035	41.405
Salários e férias a pagar	150.362	74.319
Obrigações tributárias e sociais a pagar	30.934	937
Outras contas a pagar	222	-
	225.553	116.661
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
	523.575	240.713
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(1.058.170)	(92.065)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.058.170)	(92.065)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Resultado líquido de convênios e projetos	(1.790.878)	3.529.872
Rec. diferidas - bens e recursos recebidos	2.602.997	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	812.119	3.529.872
Aum. líquido caixa e equiv. de caixa	277.524	3.678.520
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa:		
no início do exercício	4.452.530	774.010
no final do exercício	4.730.054	4.452.530
	277.524	3.678.520

As notas explic. são parte integrante das demonstr. financeiras.

CONTRATO DE GESTÃO

	2017	2016
Contrato de gestão Faz Cultura	1.425.889	2.425.230
Lei Rouanet - MINC PRONAC	334.063	222.935
Outros patrocínios	971.704	1.705.959
Despesas realizadas	-	50
	(816.895)	(648.535)
	1.914.761	3.705.639

CONTRATO DE GESTÃO: Contrato firmado entre o Instituto de Ação Social pela Música (IASPM) e a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (SEDES), visando a gestão do projeto Núcleo Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia - NEOJIBA. O contrato tinha prazo de validade de 24 meses a partir da data de sua assinatura, 15 de abril de 2014, admitindo prorrogação, desde que não ultrapassasse 05 anos e estimou-se repasse global de R\$ 13.999.748. Em 10 de outubro de 2016, foi assinado 4º termo aditivo ao Contrato de gestão nº 001/2014, através da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social - SJDHDS, alterando prazo e valor do contrato. O aditivo tem validade de 34 meses e 05 dias e estima repasse global de R\$ 28.407.638, entre os anos de 2016 e 2019. **Faz Cultura:** Contratos relacionados à Lei Estadual nº 7.015/96 e têm como característica o uso de recursos através de contratos de patrocínio para a realização de projetos culturais e com previsão de prestação de contas ao final do período dos referidos contratos. **Lei Rouanet:** Contratos relacionados à Lei Estadual nº 8.313/91 e têm como característica o uso de recursos através de contratos de patrocínio para a realização de projetos culturais e com previsão de prestação de contas ao final do período dos referidos contratos. **PRONAC - Programa Nacional de Apoio à Cultura:** O programa foi implementado pela Lei Rouanet com a finalidade de estimular a produção, a distribuição e o acesso aos produtos culturais, proteger e conservar o patrimônio histórico e artístico e promover a difusão da cultura brasileira e a diversidade regional. **Despesas realizadas:** Despesas assumidas para a realização dos objetos contratuais vigentes em 31 de dezembro de 2017, entretanto ainda não pagas, mas com os recursos já disponibilizados. **7. EMPRÉSTIMOS:**

	2017	2016
Empréstimo de mútuo, recebido em 02 de setembro de 2009, de pessoa física, sem incidência de encargos financeiros. 8. RECEITAS DIFERIDAS - BENS E RECURSOS RECEBIDOS EM DOAÇÃO E PATROCÍNIO:		
Recursos recebidos de patrocínio para aplicação no Parque do Queimado	2.520.378	-
Bens recebidos em doação	82.619	-
	2.602.997	-

Parque do Queimado: Em 09 de dezembro de 2014, o Parque do Queimado, patrimônio histórico nacional reconhecido pelo IPHAN, foi cedido pela EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A à Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (então SEDES - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate

Sigla	Índice Descrição	Fórmula	Valor - R\$		Melhor Situação	Observações	Cálculo Índice %	
			2017	2016			2017	2016
LI	Liquidez Imediata	AD / PC - A	4.730.054 2.915.276 - 119.773	4.452.530 4.480.601 - 73.695	Quanto Maior Melhor	Demonstra a disponibilidade imediata para saldar a totalidade das dívidas a curto prazo.	1,69	1,01
LG	Liquidez Geral	AC / PC + PNC	4.730.054 2.915.276 + 2.626.497	4.560.680 4.480.601 + 23.500	Quanto Maior Melhor	Demonstra a disponibilidade a curto prazo para saldar a totalidade das dívidas.	0,85	1,01
LS	Liquidez Seca	AC - E - DA / PC	4.879.647 - 9.715	4.560.680 - 12.357	Quanto Maior Melhor	Demonstra o total dos recursos conversíveis em caixa a curto prazo, exceto os estoques em relação a dívida total	1,67	1,02
LC	Liquidez Corrente	AC / PC	4.879.647 2.915.276	4.560.680 4.480.601	Quanto Maior Melhor	Demonstra a disponibilidade a curto prazo em relação às dívidas de curto prazo	1,67	1,02
PPL	Particip.º do Patrimônio Líquido no Ativo Total	PL / AT	1.237.005 6.778.778	1.017.157 5.521.258	Quanto Maior Melhor	Demonstra quanto dos ativos da Entidade estão financiados por capital próprio	0,18	0,18

LEGENDA: AC = Ativo Circulante; A = Adiantamento a empregados; PC = Passivo Circulante; AD = Ativo Disponível (Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras); DA = Despesas antecipadas; E = Estoques; ANC = Ativo Não-Circulante; PL = Patrimônio Líquido; AT = Ativo Total

5. IMOBILIZADO:

	Taxa de depreciação (% a. a.)	Custo	2017		2016	
			Depreciação acumulada	Líquido	Depreciação acumulada	Líquido
Computadores	20	8.831	(8.831)	-	-	254
Instrumentos musicais	10 - 20	1.127.649	(195.129)	932.520	-	913.620
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10	34.275	(9.652)	24.623	-	26.053
Móveis e utensílios	10	28.516	(10.716)	17.800	-	20.651
Veículos	20	172.517	(26.219)	146.298	-	-
Benefetorias em imóveis de terceiros	-	777.890	-	777.890	-	-
		2.149.678	(250.547)	1.899.131	960.578	

Movimentação do ativo imobilizado durante os exercícios de 2017 e 2016:

	Computadores	Instrumentos musicais	Máquinas, aparelhos e equipam.	Móveis e utensílios	Veículos	Benefetorias em Imóveis de Terceiros	Total
Em 31 de dezembro de 2015	555	182.917	23.402	13.409	-	-	220.283
Adição/Transferência	-	76.999	5.716	9.350	-	-	92.065
Doações recebidas	-	682.934	-	-	-	-	682.934
Depreciação	(301)	(29.230)	(3.066)	(2.107)	-	-	(34.704)
Em 31 de dezembro de 2016	254	913.620	26.052	20.652	-	-	960.578
Adição/Transferência	-	105.865	1.900	-	172.515	777.890	1.058.170
Doações recebidas	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(254)	(86.964)	(3.329)	(2.853)	(26.217)	-	(119.617)
Em 31 de dezembro de 2017	-	932.521	24.623	17.799	146.298	777.890	1.899.131

Durante o exercício de 2016, a Entidade efetuou levantamento de todos os bens recebidos através de doação em exercícios anteriores, determinou seus valores de mercado e efetuou registros contábeis, a débito no Imobilizado, na conta de instrumentos musicais, e a crédito no Patrimônio Líquido, na conta do patrimônio social. **6. PROJETOS E CONVÊNIOS:**

	2017	2016
Contrato de gestão Faz Cultura	1.425.889	2.425.230
Lei Rouanet - MINC PRONAC	334.063	222.935
Outros patrocínios	971.704	1.705.959
Despesas realizadas	-</	



IASPM - INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL PELA MÚSICA

CNPJ: 10.490.525/0001-06

Página 2 de 2

Outras diversas	66.335	25.127
	332.733	271.380
(c) Receitas próprias:		
	2017	2016
SESI	232.131	241.498
Outras	17.810	17.810
	232.131	259.308

11. SUBVENÇÕES, PARCERIAS E CONTRATO DE GESTÃO (RECEITAS DE CONTRATOS E PROJETOS): São recursos financeiros provenientes de convênios, parcerias ou contratos firmados com órgãos governamentais e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinados. Periodicamente, o Instituto presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação à disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A contabilização das subvenções recebidas, estão de acordo com a Resolução CFC nº 1.305, que aprovou a NBC TG 07 - Subvenções e Assistências Governamentais e a Resolução CFC nº 1.409/2012, que aprovou a ITG 2002. Durante os exercícios de 2017 e 2016, a Entidade recebeu as seguintes subvenções:

Concedente	2017		2016	
	Valor recebido	Valor aplicado	Valor recebido	Valor aplicado
Governo Estadual	8.863.000	9.888.382	10.124.942	7.672.481
Governo Federal	3.588.344	1.497.653	2.701.555	881.252
Total	12.451.344	11.386.035	12.826.497	8.553.733

12. OBRIGAÇÕES DA ÁREA SOCIAL PARA FINS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS: Os serviços de assistência social desenvolvidos pela Entidade são atividades de proteção social contidas nas Políticas Nacional de Assistência Social (PNAS), Decreto nº 6.308/2007, Resolução CNAS nº 14/2014 e por este motivo estão inseridas no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e como consequência, por ela regulamentada. **13. FORMALIZAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS:** A Entidade no desenvolvimento de suas ações socioassistenciais formaliza em cada Projeto Social: a) os objetivos; b) a origem dos recursos; c) a infraestrutura; d) a tipificação dos serviços a serem executados (conforme Resolução CNAS nº 109/2009 e Decreto nº 6.308/2007); e) o público alvo; f) a capacidade de atendimento; g) os recursos financeiros utilizados; h) os recursos humanos envolvidos; i) a abrangência territorial; j) e demonstração da forma de participação dos usuários e ou estratégias que serão utilizadas para esta participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do projeto. **14. AÇÕES ASSISTENCIAIS:** A Entidade executou em atendimento a Resolução CNAS nº 109/2009 e Decreto nº 6.308/2007 ações, projetos e programas de forma continuada, gratuita para todos os usuários e relaciona-

dos com o seu objetivo social, visando a integração social de jovens e outras ações relacionadas com a música, através da convivência diária e fortalecimento de vínculo. Em 2017, foram atendidos, gratuitamente, 1.631 integrantes diretos, sendo todos participantes de atividades que se enquadram nas ações assistenciais de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - SCFV. Em 2016, foram atendidos, gratuitamente, 1.542 crianças e jovens entre 06 e 17 anos, sendo que destes, 862 dos atendidos participaram de atividades que se enquadram nas ações assistenciais de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - SCFV. A seguir demonstramos a quantidade de integrante atendidos e os custos envolvidos durante os exercícios de 2017 e 2016. Em 2016, apenas jovens (crianças e adolescentes entre 6 a 17 anos) participaram:

Serviços Socioassistenciais	Custos Envolvidos		Números de Atendidos	
	2017	2016	2017	2016
Convivência e fortalecimento de vínculo - SCFV	11.496.344	9.113.186	1.631	1.542

15. COBERTURA DE SEGUROS: O Instituto possui somente cobertura de seguro para o veículo integrante do seu ativo imobilizado e das câmeras fotográficas. A administração entende que o valor segurado é considerado suficiente, levando em consideração os riscos e os valores de mercados de seus bens. **16. CONTINGÊNCIAS:** Os registros contábeis e as operações do Instituto estão sujeitos ao exame pelas autoridades fiscais e a eventuais notificações

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores do IASPM - INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL PELA MÚSICA, Salvador - Bahia

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do IASPM - INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL PELA MÚSICA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do IASPM - INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL PELA MÚSICA em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados

com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria ao planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso,

para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, consoante a legislação específica aplicável a cada espécie de tributo, durante os prazos prescricionais a eles inerentes. **17. CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:** Em 06 de dezembro de 2016, a Entidade protocolou pedido de registro e concessão de renovação do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social - CEBAS, exclusiva na área de assistência social, o qual foi indeferido. A Entidade, conjuntamente à sua assessoria jurídica, ajuizou ação ordinária, de número 1007523-79.2017.4.01.3300, para reconhecimento de direito à imunidade tributária prevista nos artigos 150, VI, c, e 195, § 7º, ambos da Constituição Federal. O processo segue em fase de conhecimento pelo juiz.

pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também, aos responsáveis pela Administração, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Salvador, 19 de março de 2018.



AUDICONT - AUDITORES E CONSULTORES
CRC/BA - Nº 0568
ALEXANDRE LOMANTO MAIMONE NETO
CONTADOR - CRC/BA Nº 17.549

ELIZABETH PONTE DE FREITAS - Diretora Administrativa - CPF: 020.125.315-12

ORGANIZAÇÃO SILVEIRA CONTABILIDADE - Contadora: Gabriela Lima dos Santos - CRC/BA 23.764/05

JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.

CNPJ: 42.462.174/0007-09

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais Levantados 31/12/2017 e 2016 (Em Milhares de Reais)

Ativo	2017		2016			
	2017	2016	2017	2016		
Circulante	94.914	90.310	136.171	81.169		
Caixa e equivalentes de caixa	1.444	11.510	37.746	54.218		
Contas a receber	1.730	1.716	465	90		
Contas a receber - partes relacionadas	9.086	-	68.429	-		
Estoques	42.766	43.792	21.143	18.680		
Impostos e contribuições a recuperar	36.634	30.465	3.005	3.293		
Outros créditos	3.254	2.827	5.383	4.888		
Não circulante	1.373.624	1.296.475	457.580	496.297		
Realizável a longo prazo:	52.087	49.691	244.111	312.495		
Impostos e contribuições a recuperar	40.865	41.818	79.622	64.384		
Depósitos judiciais	11.222	7.873	82.927	50.301		
Imobilizado	1.319.704	1.244.361	424	1.167		
Intangível	1.833	2.423	50.496	67.950		
Total do ativo	1.468.538	1.386.785	874.787	809.319		
Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais - R\$)						
	2017	2016	2017	2016		
Receita líquida	525.327	493.463	256.924	244.174		
Custo dos produtos vendidos	(416.694)	(387.307)	1.468.538	1.386.785		
Lucro bruto	108.633	106.156	Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de reais - R\$)			
Receitas (despesas) operacionais			2017	2016		
Comerciais, gerais e administrativas	2.389	(16.564)	52.718	52.376		
Outras despesas operacionais, líquidas	(7.642)	(1.071)				
Lucro antes do resultado financeiro	103.380	88.521				
Resultado financeiro / Receitas financeiras	361	38				
Despesas financeiras	(31.098)	(30.584)				
Ganhos (perdas) na conversão	6.295	(44.404)				
Lucro antes do IRPJ e da contribuição social	78.938	13.571				
Imposto de renda e contribuição social						
Correntes	(6.400)	(8.244)				
Diferidos	(19.820)	47.049				
Lucro do exercício	52.718	52.376				
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de reais - R\$)						
	Capital social	Incentivos fiscais	Lucros acumulados	Prejuízos acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	524.663	40.015	-	(51.909)	396.446	909.215
Lucro do exercício	-	-	-	52.376	-	52.376
Reserva de incentivos fiscais	-	18.355	-	(18.355)	-	-
Ajustes de conversão	-	-	-	-	(152.272)	(152.272)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	524.663	58.370	-	(17.888)	244.174	809.319
Lucro do exercício	-	-	34.830	17.888	-	52.718
Reserva de incentivos fiscais	-	18.477	-	-	-	-
Ajustes de conversão	-	-	-	-	12.750	12.750
Saldos em 31 de dezembro de 2017	524.663	76.847	16.353	-	256.924	874.787

Passivo e patrimônio líquido	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
Circulante	136.171	81.169	136.171	81.169
Fornecedores	37.746	54.218		
Fornecedores - partes relacionadas	465	90		
Empréstimos de mútuo - partes relacionadas	68.429	-		
Salários e encargos	21.143	18.680		
Impostos, taxas e contribuições	3.005	3.293		
Outras obrigações	5.383	4.888		
Não circulante	457.580	496.297	457.580	496.297
Empréstimos de mútuo - partes relacionadas	244.111	312.495		
Provisão para recuperação do meio ambiente	79.622	64.384		
IRPJ e CSLL diferidos	82.927	50.301		
Impostos, taxas e contribuições	424	1.167		
Provisões para riscos trabalhistas e cíveis	50.496	67.950		
Patrimônio líquido	874.787	809.319	874.787	809.319
Capital social	524.663	524.663		
Reservas de lucros	93.200	58.370		
Prejuízos acumulados	-	(17.888)		
Ajustes de avaliação patrimonial	256.924	244.174		
Total do passivo e patrimônio líquido	1.468.538	1.386.785		
Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de reais - R\$)				
	2017	2016	2017	2016
Lucro do exercício	52.718	52.376		
Outros resultados abrangentes:				
Item que não poderá ser reclassificado subsequentemente para a demonstração do resultado:				
Ajustes de avaliação patrimonial - ajustes de conversão (moeda de apresentação)	20.885	(152.272)		
Total do resultado abrangente	73.603	(99.896)		
Demonstrações do Fluxo de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de reais - R\$)				
	2017	2016	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais	52.718	52.376	52.718	52.376
Lucro do exercício				
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização		99.795		102.815
Juros provisionados		24.268		24.241
Provisões para riscos trabalhistas e cíveis, líquidas de baixas		(10.546)		9.587
Prov. (reversão da prov.) p/perdas de materiais de almoxarifado		1.823		2.557
Provisão para perdas com ICMS		2.911		1.405
Valor residual na baixa de ativo imobilizado		95		4
Juros para gasto com fechamento de mina		6.616		5.712
Provisão para imposto de renda e contribuição social		26.220		(38.805)
Ganhos (perdas) na conversão		(6.295)		44.404
Redução (aumento) dos ativos operacionais:				
Contas a receber		(14)		(1.688)
Contas a receber - partes relacionadas		(9.086)		9.771
Estoques		(797)		19.756
Impostos e contribuições a recuperar		(8.127)		(27.665)
Outros créditos		(8.577)		(1.862)
Depósitos judiciais		(3.349)		4.347
Aumento (redução) dos passivos operacionais:				
Fornecedores		(39.149)		9.418
Fornecedores - partes relacionadas		375		(1.431)
Salários e encargos		2.463		1.325
Impostos, taxas e contribuições		12.063		(15.216)
Custos realizados s/provisão p/recuperação do meio ambiente		(2.539)		(3.256)
Pagamento de riscos tributários, trabalhistas e cíveis		(6.908)		(6.905)
Outras obrigações		495		920
Caixa prov. das ativ. operacionais, antes de juros pagos		134.455		191.810
Juros pagos		(20.644)		(33.052)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		113.811		158.758
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado		(123.206)		(160.662)
Aquisição de intangível		(401)		(330)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(123.607)		(160.992)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Partes relacionadas:				
Mútuos recebidos - partes relacionadas		-		1.989
Caixa gerado pelas atividades de financiamento		-		1.989
Efeito da conversão de caixa e equivalentes de caixa		(270)		3.099
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(10.066)		2.854
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		11.510		8.656
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1.444		11.510
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(10.066)		2.854

Diretoria: Maria da Graça Montalvão - Guilherme Cadar Lopes

Contador: Itacir Alves Nascimento - CRC: 1SP 159830-O